GOLDBACH REP/P/S/INV TAUBA GITLA BARAB GOLDBACH ADVOGADO: HENRIQUE CZAMARKA OAB/RJ-012203 **Relator: DES. CLAUDIO BRANDAO DE OLIVEIRA** Revisor: **DES. LUCIANO SABOIA RINALDI DE CARVALHO** Ementa: Direito Processual Civil. Terceiros embargos de declaração. Alegação reiterada de omissão. Pretensão de rediscussão matéria que já foi apreciada fundamentadamente por esta relatoria. No caso em comento, malgrado aponte a existência de vícios no acórdão recorrido, o que se observa é que o embargante tenta rediscutir a matéria que já foi apreciada fundamentadamente por esta relatoria quando do julgamento do recurso de apelação (fls. 932/937), de modo a obter novo julgamento favorável aos seus interesses. Apenas a título de esclarecimento deve ser ressaltado que esta Relatoria pronunciou-se fundamentadamente acerca das questões da prescrição e da responsabilidade dos fiadores. No que tange à prescrição, o acórdão assim se pronunciou (fl. 936): “Primeiramente, cumpre esclarecer que a preliminar de prescrição já foi objeto de decisão por esta Colenda Câmara, restando afastada em relação aos réus, conforme fls. 485/497. Daí que estando a matéria preclusa, não cabe nova análise sobre o tema.” No que pertine à questão de responsabilidade dos fiadores, restou assim assentado no acórdão embargado (fl. 936): “Ressalta-se que consoante jurisprudência do STJ, existindo no contrato delocação cláusula expressa prevendo que os fiadores respondem pelos débitos locativos até a efetiva entrega do imóvel, subsiste a fiança no período em que referido contrato foi prorrogado, ressalvada a hipótese de exoneração do encargo. Assim, não restando comprovado o pagamento dos aluguéis e encargos da locação, tanto a locatária, como os fiadores acimacitados, com exceção da Sra. Sonia, devem responder pelo débito locativo a partir de novembro de 1998 até a data em que o autor foi imitado na posse do imóvel, ou seja, 06.09.00 (vencido e vencidos). Dessa forma, corretas as mostras sentença ao julgar improcedente o pedido de cobrança em face da fiadora SONIA MARIA MUNIZ DE CASTRO, e procedente em face da locatária ATF DE TERESOPOLIS BAR E RESTAURANTE LTDA. através de seus sócios, e em face dos fiadores FÁBIO CASTRO LEITE, ÁLVARO FERNANDES PIRES, JOSÉ LUIZ LIPPI LEITE e REGINA FURTADO LIPPI LEITE.” Com efeito, verifica-se que o acórdão recorrido pronunciou-se sobre todos os pontos submetidos à cognição desta Corte, e é suficientemente claro em seus termos, de maneira que nenhuma matéria submetida a julgamento deixou de ser apreciada. Inexistência dos vícios no acórdão embargado, restando evidente o caráter protelatório do presente recurso, impondo-se a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do NCP, no percentual de 2% do valor da causa. Precedentes dos Tribunais Superiores e deste Tribunal. Terceiros embargos não conhecidos. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NÃO SE CONHECEU DO RECURSO.

002. APELAÇÃO 0011850-22.2014.8.19.0207 Assunto: Acidente de Trabalho / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil do Empregador / DIREITO DO TRABALHO Origem: ILHA DO GOVERNADOR REGIONAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0011850-22.2014.8.19.0207 Protocolo: 3204/2018.00116971 - APE: ELIANE MARIA TENORIO DA SILVA ADVOGADO: THAIS HELENA BATISTA DA SILVA OAB/RJ-144904 APDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: GISELA DE CASTRO PIRES **Relator: DES. CLAUDIO BRANDAO DE OLIVEIRA** Ementa: Apelação Cível. Direito Previdenciário. Pedido de restabelecimento de benefício de natureza acidentária. Necessidade de nexo de causalidade entre a lesão alegada e a enfermidade adquirida em decorrência de atividade laborativa. Não logrou êxito o autor originário da ação em demonstrar o direito alegado em sua petição inicial. Laudo pericial realizado por profissional devidamente habilitado que aponta a ausência de nexo causal. Parte autora que foi devidamente intimada sobre a nomeação do perito, não tendo apresentado qualquer restrição à indicação do mesmo no momento oportuno. Desnecessidade de realização de nova perícia. Incidência da Súmula 155 do TJRJ. Sentença de improcedência que se mantém na forma como foi lançada. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

003. APELAÇÃO 0012658-15.2004.8.19.0001 Assunto: Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 32 VARA CÍVEL Ação: 0012658-15.2004.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00112267 - APELANTE: JOCELY SETE CAMARA SILVA ADVOGADO: RICARDO AMITAY KUTWAK OAB/RJ-118718 APELADO: SALON & STUDIO SERVICOS E COMERCIO LTDA ME APELADO: SELMA REGINA MARTINS ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APELADO: LEILA REJANE MARTINS **Relator: DES. CLAUDIO BRANDAO DE OLIVEIRA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: Apelação cível. Ação monitoria. Sentença de extinção do processo na forma do artigo 267, inciso III do CPC/1973. Inércia da parte autora em promover o andamento do feito. Ausência de intimação pessoal e inexistência de requerimento do réu. No caso em tela, constata-se a parte autora não foi intimada pessoalmente, como determina o §1º do art. 267, inciso III do CPC/1973, bem como não houve requerimento do réu quanto à extinção do feito, nos termos da Súmula 240 do STJ e do vigente art. 485, §6º do CPC/2015. Inobservância do devido processo legal. Precedentes do STJ e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Cassação da sentença. Provimento do recurso. Sentença anulada. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

004. APELAÇÃO 0023449-19.2013.8.19.0004 Assunto: Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie / DIREITO PREVIDENCIÁRIO Origem: SAO GONCALO 7 VARA CÍVEL Ação: 0023449-19.2013.8.19.0004 Protocolo: 3204/2017.00545625 - APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: MAIRA CALDAS TABOADA DIOS CARVALHO APELADO: PAULO MARCIO GUERRA ADVOGADO: RICARDO ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA OAB/RJ-162017 **Relator: DES. CLAUDIO BRANDAO DE OLIVEIRA** Ementa: Apelação Cível. Direito Previdenciário. Revisão de renda mensal inicial de benefício de natureza acidentária, conforme o artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91. Sentença que julgou procedente o pedido. Autarquia ré que se insurge apenas quanto à falta de interesse de agir da parte autora. Ausência de interesse processual que não se configura. O acordo celebrado pelo INSS nos autos da ação civil pública n.º 0002320-59.2012.4.03.6183 não constitui óbice ao exercício do direito individual subjetivo, não sendo razoável obrigar o autor a se sujeitar aos cronogramas, calendários e parcelamentos impostos pelo INSS. Não há comprovação de que o autor é um dos beneficiados na referida ação civil pública ou mesmo se já teria sido feito o pagamento da diferença pretendida. Efeitos da coisa julgada que não beneficiam eventuais autores de ações individuais, caso não seja requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva, de acordo com o artigo 104 da Lei nº 8.078/90. Interesse de agir do autor que permanece íntegro. Precedentes deste Tribunal. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

id: 3162790